

Assembleia Legislativa

Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em *09/03/09*

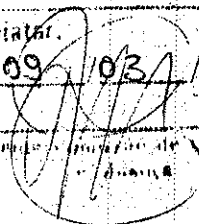
eloago

Presidente da Comissão de
União do Poder Judiciário e Ministério

do Deputado *MARCELO MINIZZI*

para o Tribunal.

Em *09/03/09*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI Nº: 03/2009

PROCESSO: AL 373/09

AUTOR: Dep. Tererê

RELATOR: Dep. Marden Meneses

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencados, a proposição em epígrafe dispõe sobre o **INSENTIVO À CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS COM MAIS DE 40 ANOS DE IDADE POR EMPRESAS PRIVADAS ATRAVÉS DE ABATIMENTO EM VALORES DO ICMS.**

II – PARECER

Ao ambicionar a abertura do mercado de trabalho estadual para os trabalhadores mais experientes, que contêm mais de 40 anos de idade.

A despeito da importantíssima necessidade de alocação da mão-de-obra com idade superior a 40 anos no mercado de trabalho, combatendo o tão prejudicial preconceito com aqueles que atravessaram mais verões, que encaram hodiernamente situação alarmante, frente aos índices de desemprego existentes na nação, o aspecto específico do projeto.

O projeto do nobre Deputado Tererê discute justamente que as despesas com salários e INSS poderão ser usadas para abater valores determinados de ICMS pelas empresas estaduais, sendo assim, cabendo à essa Comissão a análise legal e constitucional.

Referido Projeto de Lei tem respaldo no Art. 96, I, "b" do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, bem como

atende a constitucionalidade formal, qual seja competência de iniciativa por parte do parlamentar, requisito preenchido em consonância com o Art. 75, "caput" da Constituição Estadual: *In verbis*:

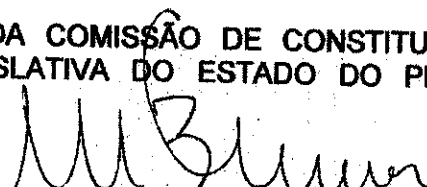
A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original)

III - VOTO

Por referido Projeto de Lei atender preceitos de Ordem Constitucional, legal, regimental e técnica legislativa, esta relatoria opina pelo trâmite normal da presente proposição, no que encerra em parecer favorável.

Assim votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 09 de
dezembro de 2009.


Dep. MARDEN MENEZES

